

07 JAN 1991

Os equívocos da moratória da dívida externa

Igor Cornelsen

O Brasil está, na prática, abandonando a moratória da dívida externa que se iniciou em julho de 1989. Não existe ainda um acordo com os credores, mas o governo se comprometeu publicamente a pagar 30% dos juros que vencem a partir de 1991.



Assim como na moratória de 1987, a de 1989 teve como consequência prejuízos aos bancos comerciais que nos financiaram na décadas de 70 e 80, quando precisamos importar petróleo e equipamentos para as grandes siderúrgicas, pólos petroquímicos, indústria de fertilizantes, plataformas de exploração de petróleo, etc.

Mas não foram somente os bancos que tiveram prejuízos. A nação brasileira também perdeu muito com o rompimento unilateral desses contratos.

Entre outros danos, podemos mencionar:

1. O Brasil era o único país latino-americano que não experimentou a fuga de capitais até meados da década de 80. Nossos vizinhos tinham parte significativa da poupança líquida investida no exterior, enquanto que nós tínhamos praticamente toda ela investida no Brasil. A atitude de nosso governo em 1987 iniciou uma corrida de pequenos e grandes investidores ao exterior, e hoje se estima que existam quase US\$ 50 bilhões de poupanças de brasileiros e residentes no Brasil investidos em projetos ou em depósitos em bancos estrangeiros.

2. Várias multinacionais desistiram de investir no Brasil; outras fecharam. Brasileiros passaram a imigrar em larga escala. Sob todos os pontos de vista, perdemos conhecimentos tecnológicos e gerenciais tão necessários à manutenção da produção, ao emprego de mão-de-obra nacional e ao abastecimento das prateleiras, que é a forma e o local onde o salário real se representa (independentemente do volume de dinheiro que o indivíduo carrega no bolso, se não houver aumento de bens e serviços à sua disposição existe efetiva perda salarial). O Brasil, além da perda de capital, tem tido fuga de tecnologia. Estima-se que perto de 1.500.000 brasileiros imigraram para o Japão, América do Norte e Europa. Estes brasileiros fazem parte dos que têm melhores conhecimentos tecnológicos e maior iniciativa.

3. O Brasil tem perdido linhas de crédito de curto prazo, que são ótimos negócios bancários e que são pagas pontualmente. Mas, face à deterioração das linhas de créditos de médio prazo

onde há a moratória, bancos internacionais decidiram vender ou cobrar-las. Sem estas linhas de curto prazo, fica difícil e caro exportar do Brasil. Como consequência, algumas multinacionais que exportavam do Brasil deixaram de fazê-lo, com perda de produção, emprego e de divisas para o país.

4. O mundo civilizado baseia sua estrutura produtiva e comercial no contrato. O contrato é a base da sociedade. Uma economia cujos contratos não são respeitados pelo governo nem garantidos pelos tribunais, é ininteligível para o mundo desenvolvido.

5. Assim como na moratória do Peru de 1985, na da Argentina de 1988 e na do Brasil em 1987, a moratória de 1988 não conseguiu desconto de um centavo de dólar nos contratos em vigor. O taxímetro continua rodando e os juros são devidos. Ao mesmo tempo que México, Venezuela, Costa Rica, Uruguai e Marrocos negociam e assinam contratos reduzindo os juros e o principal de sua dívida externa, reconquistando a confiança e o retorno do capital e investimentos estrangeiros. Nossas elites políticas e tecnocráticas ainda não entenderam que não é o governo que controla as contas externas do país, nem os investimentos. O governo consegue controlar somente uma pequena parcela do setor público e as controláveis pelo Banco Central. Grande parte das decisões sobre fluxo de capitais vem do setor privado. Infelizmente, o rompimento unilateral de contratos não estanca a hemorragia de divisa, nem permite a retomada do desenvolvimento. Os únicos países que tiveram crescimento econômico no subcontinente nesta década foram o Chile e a Colômbia, que, por coincidência, nunca confrontaram credores, romperam unilateralmente contratos, nem atrasaram juros aos seus credores interno e externos. O capital e a tecnologia só plantam raízes onde as regras do jogo são claras e estáveis, onde contratos são respeitados pelos governos e garantidos pelos tribunais. Não foi este o ambiente macroeconômico do Brasil desde 1987, nem mesmo após o Plano Collor. Não teremos estabilidade e nem desenvolvimento econômico se não mudarmos de atitude, e lamentavelmente nossas elites políticas e tecnocráticas ainda não compreenderam que só têm contribuído para a deterioração da imagem do país junto aos que têm a possibilidade de mudar esta situação, os donos do capital e da tecnologia, sejam brasileiros ou estrangeiros.

Me preocupo ao ver que aparentemente não aprendemos com os nossos próprios erros, e aparentemente esta segunda moratória está acabando sem que nossas elites tenham percebido o caminho equivocado que temos trilhado desde o início da Nova República.

**Igor Cornelsen é representante da Standard Chartered Westlb Limited.*

Banco  Boavista